

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2024
1. Data, Horário e Local: Realiza em 24 de outubro de 2024, às 14h30, na sede social da **Allied Tecnologia S.A.**, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22ª (parte) e 23ª andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação:** O Edital de Convocação desta Assembleia, na forma estabelecida pelo Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), foi publicado no jornal Data Mercantil nas seguintes edições: (i) impressa de São Paulo dos dias 21, 22 e 23 de setembro de 2024, 24 de setembro de 2024 e 25 de setembro de 2024, nas páginas 06, 07 e 06, respectivamente, e (ii) online, nos mesmos dias, nas páginas 01, 01 e 05, respectivamente. **3. Publicações e Divulgação:** Todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na Resolução CVM 81, foram disponibilizados aos acionistas tempestivamente na sede social da Companhia, na página de relações com investidores da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br/>) no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br/>). **4. Presença:** Presentes, em primeira convocação, acionistas titulares de 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e uma mil, novecentas e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 77,31% (setenta e sete inteiros e trinta e um centésimos por cento) do capital social total e com direito a voto da Companhia, conforme consta das assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". **5. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Caroline Freitas de Souza, indicada pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e secretariados pela Sra. Ana Carolina Castro Reis Passos, na forma prevista no artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. **6. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o exame e apreciação do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Souli Pagamentos LTDA. pela Allied Tecnologia S.A.", celebrado pela administração da Souli Pagamentos LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22ª (parte) andar, Edifício Plaza Centenário, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.639.888/0001-29 ("Incorporada") e pela administração da Companhia em 20 de setembro de 2024 ("Protocolo de Incorporação"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da **B4A Serviços Contábeis S/S**, Sociedade de profissionais, estabelecida à Av. Dr. Churci Zaidan, nº 1550, Cj. 2302, 23º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.789.369/0001-40, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP043209/0-6 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada contratada para elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Incorporada ("Laudo de Avaliação Contábil"); (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação Contábil elaborado pela Empresa Avaliadora; (iv) a aprovação da incorporação da Incorporada pela Companhia, com a consequente extinção da Incorporada e a versão do seu acervo líquido para a Companhia ("Incorporação"); (v) a aprovação da alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir parte das atividades sociais desempenhadas pela Incorporada; (vi) a aprovação da alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado; (vii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia em razão da aprovação das deliberações anteriores; (viii) a aprovação de utilização de mais um jornal de grande circulação como alternativa ao Jornal Data Mercantil para as publicações legais da Companhia; e (ix) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **7. Deliberações:** Instalada a Assembleia, os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme facultado pelo Artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., sendo também proposta e aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes a dispensa da leitura: (i) do Edital de Convocação, (ii) do Protocolo de Incorporação, (iii) do Laudo de Avaliação Contábil e (iv) da Proposta da Administração. Ato contínuo, os acionistas apreciaram as matérias constantes da ordem do dia e tomaram as deliberações que seguem: (i) **Protocolo de Incorporação:** Aprovar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, o Protocolo de Incorporação, o qual foi elaborado na forma dos artigos 224, 225 e 227 da Lei das S.A., que passa a integrar a presente ata na forma do Anexo I, e fica arquivado na sede da Companhia. (ii) **Nomeação e Contratação da Empresa Avaliadora:** Aprovar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a ratificação da nomeação e contratação da Empresa Avaliadora como empresa responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Incorporada e elaboração do Laudo de Avaliação Contábil, nos termos dos artigos 226 e 227 da Lei das S.A. Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ter nenhum interesse, direto ou indireto, com relação aos saldos de partes relacionadas envolvidas na incorporação, bem como não ter existido qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesse, que pudesse impedir ou afetar a preparação do presente laudo de avaliação, para fins de incorporação; e (ii) não ter havido nenhuma ação do controlador ou dos administradores das partes envolvidas na incorporação ora analisada com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das conclusões. (iii) **Laudo de Avaliação Contábil:** Aprovar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, o Laudo de Avaliação Contábil elaborado pela Empresa Avaliadora pelo critério contábil, o qual passa a integrar a presente ata na forma do Anexo II. Consignar que o patrimônio líquido da Incorporada a ser incorporado pela Companhia, avaliado pela Empresa Avaliadora, na data base de 31 de agosto de 2024 ("Data Base"), pelo seu valor contábil, é de – R\$ 48.890.141,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e noventa mil, cento e quarenta e um reais negativos). Conforme demonstrado no Laudo de Avaliação, a Empresa Avaliadora concluiu, com base nos trabalhos efetuados, que referido montante negativo representa, em todos os aspectos relevantes, o valor contábil do patrimônio líquido da Incorporada a ser incorporado pela Companhia na Data Base. (iv) **Incorporação da Incorporada pela Companhia:** Aprovar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a Incorporação, nos estritos termos previstos no Protocolo de Incorporação, com a consequente extinção da Incorporada, com a versão de seu patrimônio líquido para a Companhia, no montante negativo de R\$ 48.890.141,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e noventa mil, cento e quarenta e um reais), e sucessão pela Companhia em todos os ativos, bens, direitos, benefícios/incentivos fiscais, licenças, pretensões, facilidades, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições e responsabilidades. Tendo em vista que a Companhia é, nesta data, detentadora de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da Incorporada, a Incorporação se dará sem aumento de capital da Companhia ou a emissão de novas ações. A efetivação da Incorporação realizar-se-á por meio de lançamentos contábeis que substituíam os valores registrados pela Companhia em suas demonstrações financeiras a título de investimento na Incorporada por uma alocação linha a linha dos ativos e passivos a serem absorvidos. Nesse sentido, a Incorporação será realizada sem relação de substituição das quotas de emissão da Incorporada por ações da Companhia. Nos termos do artigo 234 da Lei das S.A., a certidão da Incorporação passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para a averbação e registro, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, facilidades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades da Incorporada. Consigna-se que a Incorporação não ensejará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia (Incorporadora), haja vista que a legislação aplicável limita tal direito aos acionistas da Souli Pagamentos (Incorporada) e a Companhia é titular de 100% (cem por cento) do capital social da Incorporada. (v) **Alteração do objeto social no Estatuto Social da Companhia:** Aprovar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, para incluir parte das atividades sociais desempenhadas pela Incorporada, que atualmente é sociedade por ela controlada, não representando efetivamente alteração substancial no objeto social da Companhia, desta forma, tratando-se de atividade que já eram exercidas indiretamente. Desta forma, o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a ter a seguinte redação: "Artigo 3º – A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) Comércio varejista, eletrônico (e-commerce), atacatista, importação e exportação dos seguintes produtos: (i) Aparelhos, acessórios e equipamentos de rede para comunicação fixa, móvel e sem fio, tais como telefonia celular, Wi-Fi, WiMax, Bluetooth e similares; (ii) Produtos eletrônicos, de informática e periféricos, inclusive aparelhos celulares, smartphones, tablets, modems, cartões de memória e similares, bem como máquinas fotográficas de qualquer tipo e modelo; (iii) Aparelhos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, assim como de áudio e vídeo; e (iv) Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte e suas partes e acessórios e bonecos de qualquer tipo. (b) Prestação de serviços relacionados com a prática de atividades do item "a", bem como dos seguintes serviços: (i) Prestação de serviços de operação logística para terceiro, incluindo o manuseio de produtos, em instalações próprias ou de terceiros; (ii) Licenciamento ou cessão de direitos de uso de programas de computação, desenvolvimento, operação, venda de websites, sistemas, APIs, aplicativos, software e ferramentas; (iii) Atividades de habilitação, cadastro de usuários e de equipamentos para acesso a serviços de telecomunicações; (iv) Intermediação de habilitação/ativação de linhas /aparelhos celulares, migração, upgrade, downgrade de planos, portabilidade e ativação de planos de dados, voz, recarga, banda larga, TV por assinatura, internet móvel e demais produtos de telecomunicações, sejam individuais ou corporativos; (v) A participação em quaisquer outras sociedades, empresarial ou não, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia, acionista, quotista e administração de bens próprios; (vi) Locação de bens móveis; (vii) Serviços de marketing digital, por meio de mídia online, e-mail, call center (ativo e receptivo), cross sales, short message service (SMS) e/ou chat, incluindo serviços de relacionamento pré-venda e pós-venda; (viii) Serviços de garantia estendida, reparo, instalação, assistência técnica, troca, trade-in e buyback de produtos e serviços; (ix) Arrecadação, gestão, distribuição, pagamento

e repasse de verbas, prêmios, rebates e quaisquer outros incentivos financeiros e/ou bonificações referentes à comercialização de produtos; (x) Venda de espaço em domínios online para anúncios ou mídia; (xi) a instituição de seus próprios arranjos de pagamento, sendo responsável por desenvolver as regras e procedimentos que governam a prestação de serviços de pagamento ao público; (xii) o fornecimento de serviços, dentro de seus próprios arranjos de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, incluindo, mas não se limitando à prestação dos seguintes serviços de pagamento: disponibilização de pagamento, aporte, transferência e/ou saque de recursos mantidos em contas de pagamento, com possibilidade de utilização dos recursos aportados para transferência e/ou aquisição de produtos e serviços; (xiii) a prestação de serviços relacionados e auxiliares a meios de pagamento em geral, por conta própria ou de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, serviços de administração, consultoria e assessoria, em tecnologias relacionadas às atividades indicadas acima; e (xiv) correspondente de instituições financeiras." (vi) **Atualização do valor do Capital Social no Estatuto Social:** Aprovar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de atualizar o valor do capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital social autorizado. Desta forma, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia será ajustado e passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.025.174.982,31 (um bilhão, vinte e cinco milhões, cento e setenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais, e trinta e um centavos), dividido em 93.833.680 (noventa e três milhões, oitocentas e trinta e três mil, seiscentas e oitenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." (vii) **Consolidação do Estatuto Social:** Aprovar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão da aprovação das deliberações anteriores, que passará a vigorar nos termos do Anexo III à presente ata. (viii) **Jornal de grande circulação como alternativa ao Jornal Data Mercantil para as publicações da Companhia:** Aprovar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a utilização de mais um jornal de grande circulação para as publicações legais da Companhia, qual seja o Jornal Monitor Mercantil, que possui circulação nacional, para as publicações legais da Companhia, assegurando uma alternativa adicional ao Jornal Data Mercantil, atualmente único utilizado para este fim. (ix) **Autorização para os Administradores:** Autorizar, por 72.071.926 (setenta e dois milhões, setenta e um mil, novecentos e vinte e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, os administradores da Companhia, por si ou pelos procuradores por ela designados, nos termos do seu Estatuto Social, a praticarem todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações ora aprovadas, ficando todos desde já investidos dos mais amplos poderes para representar a Companhia e a Incorporada perante autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo Juntas Comerciais, secretarias federais, estaduais ou municipais, podendo promover junto aos órgãos públicos competentes as alterações e averbações que se fizerem necessárias, inclusive com relação a devida baixa da inscrição da Incorporada no CNPJ/MF e demais inscrições estaduais e municipais. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, o presidente declarou a assembleia encerrada, da qual foi lavrada a presente ata em forma de sumário e autorizada sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Sra. Caroline Freitas de Souza, Presidente da Mesa; Ana Carolina Castro Reis Passos, Secretária. **Acionistas Presentes:** Acadian Global Equity Fund; Alaska Permanent Fund Corporation, Board of Pensions of the Evangelical Lutheran Church in America, Brasil Investimentos 2015 I FIP Multiestratégia, Brasil Investimentos 2015 II FIP Multiestratégia, National Railroad Retirement Investment Trust, Teachers' Retirement System of the State of Illinois, Ricardo Radomysler e Marcelo Radomysler. São Paulo, 24 de outubro de 2024. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da original arquivada na sede social da Companhia.* (ass.:) Mesa: Caroline Freitas de Souza – Presidente; Ana Carolina Castro Reis Passos – Secretária. **Estatuto Social Consolidado – Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração:** Artigo 1º – A Allied Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente estatuto social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e "B3", respectivamente) e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único** – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalados, às disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 2º** – A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº 12.995, 22ª (parte) e 23ª andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, podendo, por deliberação da Diretoria e atendidos os requisitos legais cabíveis, abrir, transferir e extinguir filiais, em qualquer localidade do País ou do exterior. **Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) Comércio varejista, eletrônico (e-commerce), atacatista, importação e exportação dos seguintes produtos: (i) Aparelhos, acessórios e equipamentos de rede para comunicação fixa, móvel e sem fio, tais como telefonia celular, Wi-Fi, WiMax, Bluetooth e similares; (ii) Produtos eletrônicos, de informática e periféricos, inclusive aparelhos celulares, smartphones, tablets, modems, cartões de memória e similares, bem como máquinas fotográficas de qualquer tipo e modelo; (iii) Aparelhos de informática, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, assim como de áudio e vídeo; e (iv) Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte e suas partes e acessórios e bonecos de qualquer tipo. (b) Prestação de serviços relacionados com a prática de atividades do item "a", bem como dos seguintes serviços: (i) Prestação de serviços de operação logística para terceiro, incluindo o manuseio de produtos, em instalações próprias ou de terceiros; (ii) Licenciamento ou cessão de direitos de uso de programas de computação, desenvolvimento, operação, venda de websites, sistemas, APIs, aplicativos, software e ferramentas; (iii) Atividades de habilitação, cadastro de usuários e de equipamentos para acesso a serviços de telecomunicações; (iv) Intermediação de habilitação/ativação de linhas /aparelhos celulares, migração, upgrade, downgrade de planos, portabilidade e ativação de planos de dados, voz, recarga, banda larga, TV por assinatura, internet móvel e demais produtos de telecomunicações, sejam individuais ou corporativos; (v) A participação em quaisquer outras sociedades, empresarial ou não, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia, acionista, quotista e administração de bens próprios; (vi) Locação de bens móveis; (vii) Serviços de marketing digital, por meio de mídia online, e-mail, call center (ativo e receptivo), cross sales, short message service (SMS) e/ou chat, incluindo serviços de relacionamento pré-venda e pós-venda; (viii) Serviços de garantia estendida, reparo, instalação, assistência técnica, troca, trade-in e buyback de produtos e serviços; (ix) Arrecadação, gestão, distribuição, pagamento e repasse de verbas, prêmios, rebates e quaisquer outros incentivos financeiros e/ou bonificações referentes à comercialização de produtos; e (x) Venda de espaço em domínios online para anúncios ou mídia. (xi) Instituição de seus próprios arranjos de pagamento, sendo responsável por desenvolver as regras e procedimentos que governam a prestação de serviços de pagamento ao público; (xii) Fornecimento de serviços, dentro de seus próprios arranjos de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, incluindo, mas não se limitando à prestação dos seguintes serviços de pagamento: disponibilização de pagamento, aporte, transferência e/ou saque de recursos mantidos em contas de pagamento, com possibilidade de utilização dos recursos aportados para transferência e/ou aquisição de produtos e serviços; (xiii) Prestação de serviços relacionados e auxiliares a meios de pagamento em geral, por conta própria ou de terceiros, incluindo, mas não se limitando a, serviços de administração, consultoria e assessoria, em tecnologias relacionadas às atividades indicadas acima; e (xiv) Correspondente de instituições financeiras. **Artigo 4º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social:** **Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.025.174.982,31 (um bilhão, vinte e cinco milhões, cento e setenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais, e trinta e um centavos), dividido em 93.833.680 (noventa e três milhões, oitocentas e trinta e três mil, seiscentas e oitenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** – As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo Segundo** – Cada ação terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo Terceiro** – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias. **Parágrafo Quarto** – Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantinha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente. **Artigo 6º** – A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 100.000.000 (cem milhões) de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 179.621.635 (cento e setenta e nove milhões, seiscentas e vinte e uma mil, seiscentas e trinta e cinco) ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único** – O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **Artigo 7º** – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 8º** – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto as reservas (a) legal; (b) de lucros a realizar; (c) especial de

dividendo obrigatório não distribuído; e (d) incentivos fiscais, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo III – Da Assembleia Geral:** **Artigo 9º** – A Assembleia é o órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e tomar as resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 10** – A Assembleia Geral reunir-se-á, nos termos da regulação aplicável: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para: (a) deliberar sobre as contas e demonstrativos do exercício findo, relatório dos administradores e Parecer do Conselho Fiscal, se o Conselho Fiscal estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (c) eleger os membros do Conselho de Administração; e (d) fixar a remuneração global dos administradores; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **Parágrafo Único** – A Assembleia Geral será convocada pelo presidente do Conselho de Administração, por 2 (dois) membros do Conselho de Administração, ou por qualquer acionista nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou pelo Conselho Fiscal, em primeira convocação, com antecedência de 21 (vinte e um) dias à data de realização da Assembleia Geral e, em segunda convocação, com antecedência de 8 (oito) dias à data de realização da Assembleia Geral, com indicação das matérias a serem discutidas, acompanhadas dos documentos a elas pertinentes, quando for o caso, observando-se, ainda, as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável, relativas às convocações de Assembleias Gerais. **Artigo 11** – A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem este vier a indicar, acionista ou não e, na ausência do Presidente do Conselho de Administração e da pessoa por ele indicada, os acionistas presentes na Assembleia Geral indicarão, por maioria de votos presentes, o presidente da respectiva Assembleia Geral, acionista ou não. O presidente da Assembleia Geral deverá nomear um dos presentes para atuar na qualidade de secretário, sendo a mesa responsável pela anotação das discussões e deliberações em atas. **Artigo 12** Exceto se quórum maior for exigido pela Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão instaladas, observado o disposto no Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações, (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; e (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **Artigo 13** – As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Todo acionista poderá participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM. **Artigo 14** – O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM. **Artigo 15** – As atas das Assembleias poderão (i) ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas. **Artigo 16** – Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei: (a) Realização de qualquer operação de reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão ou transformação do tipo societário; (b) Alteração do Estatuto Social; (c) Deliberação sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva o resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Único do Artigo 6º deste Estatuto Social; (d) Realização de qualquer operação de grupamento ou desdobramento de ações da Companhia; (e) Autorização aos administradores para requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (f) Deliberação sobre a dissolução, liquidação ou extinção da Companhia; (g) Observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no Artigo 6º deste Estatuto Social, deliberação sobre qualquer emissão de ações ou títulos conversíveis em ações; (h) Aprovação de planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; e (i) Deliberação sobre a dispensa de realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado. **Parágrafo Único** – A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária. **Artigo 17** – A Assembleia Geral eventualmente convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Único** – Para fins deste Artigo 17, "Ações em Circulação" significam todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a eles vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria. **Capítulo IV – Da Administração:** **Artigo 18** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo Único** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável. **Artigo 19** – A Assembleia Geral fixará anualmente a remuneração global dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição. **Artigo 20** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas, o qual deve contemplar inclusive sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 54 deste Estatuto Social, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos. **Artigo 21** – As deliberações do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei. **Capítulo V – Conselho de Administração:** **Artigo 22** – O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo ainda contar com igual número de suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos dos membros do Conselho de Administração, na primeira reunião que se realiza após a sua eleição. **Parágrafo Primeiro** – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes"). **Parágrafo Segundo** – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Terceiro** – Em caso de vacância permanente de qualquer um dos Conselheiros devido a renúncia, falecimento ou impedimento permanente, tal membro será substituído, até o final do seu mandato, por seu suplente (se houver) ou, na sua ausência, por novo membro eleito pelo próprio Conselho de Administração até que uma Assembleia Geral seja convocada para eleição do substituto. **Parágrafo Quarto** – O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia ou aos seus afiliados. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros. **Artigo 23** – O Conselho de Administração deverá se reunir sempre que convocado, sendo certo que as reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, mediante envio de aviso por escrito, necessariamente enviado por e-mail, a todos os membros do Conselho de Administração, informando o local, a data, o horário e a ordem do dia dessa reunião. **Parágrafo Primeiro** – O aviso de convocação deverá ser entregue com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, em primeira convocação, ou com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência, em segunda convocação. **Parágrafo Segundo** – Independente de quaisquer formalidades previstas neste Estatuto Social, será considerada regularmente convocada à reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Terceiro** – O Presidente do Conselho de Administração – ou quem houver convocado a reunião – deverá entregar a todos os demais membros do Conselho de Administração, em conjunto com a convocação da respectiva reunião, os documentos e materiais que necessitem de aprovação na respectiva reunião, sendo tal entrega admitida pelo meio eletrônico. **Parágrafo Quarto** – Qualquer membro do Conselho de Administração poderá participar das reuniões do Conselho de Administração remotamente, por meio de tele ou videoconferência, sendo uma cópia devidamente assinada do voto proferido por qualquer membro do Conselho de Administração que assim participar de reunião enviada – via fax, carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião – para o devido registro e arquivamento da Companhia, de maneira que todos os participantes possam ser claramente identificados. Em qualquer caso, as deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração deverão ser registradas em ata assinada pelos presentes. **Parágrafo Quinto** – Os membros do Conselho de Administração que não puderem comparecer a uma reunião do Conselho de Administração poderão (i) ser substituídos na reunião pelo seu suplente, se houver; ou (ii) ser representados na respectiva reunião por outro membro do Conselho de Administração; o qual votará em nome do membro do Conselho de Administração substituído, desde que a respectiva instrução de voto seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou do presidente da reunião antes da sua instalação; ou (iii) enviar – via fax, carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos – seu

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/12/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/10/2024 da Allied Tecnologia S.A.

voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação. Em ambos os casos o membro do Conselho de Administração que se fizer representar ou enviar seu voto será considerado como se estivesse presente à reunião.

Parágrafo Sexto – Salvo se de outro modo acordado entre todos os membros do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas em dias úteis, em horário comercial, devendo ocorrer, preferencialmente, na sede da Companhia.

Artigo 24 – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e somente serão consideradas validamente instaladas (a) em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros; e (b) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de membros do Conselho de Administração.

Artigo 25 – Todas as matérias serão deliberadas pelo Conselho de Administração por maioria de votos dos conselheiros presentes. **Artigo 26** – O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei, deliberar sobre: (a) Contratação de empréstimos, assunção de dívidas e/ou concessão de garantias que gere um aumento do endividamento total da Companhia num valor superior a 3 (três) vezes o valor do EBITDA da Companhia calculado na data de convocação da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre essa matéria, exceto: (i) se previsto no orçamento anual aprovado para o exercício social em questão; ou (ii) no contexto de transações entre a Companhia e quaisquer de suas controladas. (b) Transferência, exceto se para alguma controlada, de qualquer ativo, ou conjunto de ativos, que envolva, em um período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (c) Realização de despesas de capital (CAPEX) que envolvam, em um período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); (d) Realização de investimento em espécie para aquisição de participação societária ou aporte de capital em qualquer sociedade, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), de forma individual ou agregada ou caso o valor patrimonial atribuível à referida sociedade seja um valor negativo; (e) Constituição de ônus ou gravame em favor de terceiros, exceto se a constituição do referido ônus ou gravame for diretamente relacionada à operação da Companhia e/ou suas controladas. (f) Aprovação do orçamento anual da Companhia, bem como do orçamento da área de auditoria interna, e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados; (g) Criação e alteração das competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento; (h) Distribuição da remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros; (i) Deliberação sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (j) Fiscalização da gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (k) Apreciação dos resultados trimestrais das operações da Companhia; (l) Escolha e destituição dos auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável; (m) Manifestação prévia sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral; (n) Aprovação da proposta da administração de destinação do resultado do exercício, bem como aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, observadas as regras legais e estatutárias aplicáveis; (o) Autorização da emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos estabelecidos em lei; (p) Deliberação sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, observados os limites impostos pela regulamentação aplicável; (q) Outorga de opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviço, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviço de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral; (r) Deliberação sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias ou comerciais, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada; (s) Aprovação de operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia, observada a “Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse”; (t) Aprovação da contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais; (u) Aprovação dos regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (d) Política de Gerenciamento de Riscos; (e) Política de Transações com Partes Relacionadas; (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (g) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante; (v) Elaboração e divulgação de parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; e (iii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; (w) Aprovação de *drop down* de ativos ou de cessão de estabelecimento comercial da Companhia, observado o disposto na legislação aplicável; (x) Realização de qualquer operação reorganização societária envolvendo controladas da Companhia, incluindo alienação de ações ou quotas, fusão, incorporação, incorporação de ações, *cisão*, *drop down* de ativos, transformação do tipo societário de controladas, bem como sua dissolução ou liquidação; e (y) Deliberação sobre a determinação do voto a ser proferido pela Companhia, seus representantes e administradores indicados pela Companhia na assembleia geral, reunião de sócios, reunião do conselho de administração ou reunião da Diretoria, conforme o caso, de qualquer controlada com relação às matérias acima. **Artigo 27** – As decisões do Conselho de Administração serão registradas no “Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração” e, conforme o caso, registradas e publicadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Capítulo VI – Diretoria: Artigo 28 – A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, pessoas naturais residentes no País, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor Comercial, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e 1 (um) Diretor de Varejo Digital, sendo os demais membros indicados como Diretores sem designação específica, todos eleitos, destituídos e substituídos, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. Os Diretores poderão acumular cargos, ter um mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida reeleição, e permanecerão em seus cargos até a posse dos seus respectivos substitutos. **Parágrafo Único** – As competências dos Diretores sem designação específicas serão fixadas pelo Conselho de Administração, no momento de sua eleição. **Artigo 29** – Em caso de vacância, ausência ou impedimento de Diretor, uma Reunião do Conselho de Administração deverá ser convocada para eleger um substituto que completará o mandato do Diretor ausente, impedido ou vacante. **Artigo 30** – A Companhia será representada (i) por dois Diretores em conjunto; (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) por dois procuradores em conjunto. Em todos os casos, a procuração deve conter poderes específicos, nomeado na forma dos parágrafos seguintes deste artigo, observado que a procuração deverá ser sempre assinada por dois Diretores.

Parágrafo Primeiro – Ressalvado o disposto acima, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador (i) nos casos de atos que não gerem obrigações para a Companhia; (ii) na prática de atos de simples rotina administrativa; (iii) em processos ou procedimentos nas esferas administrativa, judicial, regulatória ou de qualquer outra natureza, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, autarquias, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça Comum, Justiça Federal, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Corpo de Bombeiros, Ministério da Defesa Conselho Nacional de Autorregulamentação

Publicitária, Instituto Nacional da Propriedade Industrial, entidades de classe, Justiça do Trabalho, Ministério do Trabalho Emprego, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza; e (iv) para fins de recebimento e respostas de intimações, citações, notificações, auto de infração ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo. **Parágrafo Segundo** – Observado o disposto no parágrafo quarto deste artigo, os procuradores da Companhia serão nomeados por procuração subscrita por 2 (dois) Diretores, com prazo de validade não superior a 1 (um) ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade da procuração. **Parágrafo Terceiro** – Sem prejuízo ao disposto acima, as procurações “ad judicium” da Companhia serão subscritas por 2 (dois) Diretores e poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Quarto** – A representação da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, será realizada na forma do parágrafo primeiro deste artigo. **Artigo 31** – A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus membros, e das reuniões será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos presentes. As reuniões serão realizadas na sede social. **Parágrafo Primeiro** – Os avisos de convocação indicarão a ordem do dia e deverão ser entregues aos membros da Diretoria com 3 (três) dias, no mínimo, de antecedência, dispensada a observância dessa formalidade quando a reunião contar com a presença da totalidade dos membros da Diretoria. Os avisos serão enviados aos Diretores por carta registrada, fac-símile, telegrama, e-mail ou por qualquer outra forma que evidencie a convocação, desde que com confirmação de recebimento. **Parágrafo Segundo** – Nenhuma reunião será instalada sem a presença de todos os Diretores em exercício em primeira convocação, podendo ser instalada com número de presentes em segunda convocação. **Parágrafo Terceiro** – As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Diretores em exercício. **Artigo 32** – A Diretoria terá amplos poderes de administração e representação da Companhia, competindo-lhe em nome desta e no sentido da consecução do objetivo social. (a) elaborar o plano de negócio a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração; (b) elaborar o relatório anual de atividades, as demonstrações financeiras e a proposta de distribuição de dividendos e aplicação do excedente para apreciação do Conselho de Administração; (c) decidir sobre a abertura, o fechamento ou a transferência de filiais; e (d) praticar todos os demais atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, exceto aqueles que por lei ou por disposição deste Estatuto Social sejam de atribuição de outro órgão. **Artigo 33** – Compete ao Diretor Presidente supervisionar as atividades desenvolvidas por todos os setores da Companhia, incluindo, mas não se limitando aos setores contábil, fiscal, financeiro, comercial, administrativo, de marketing e de recursos humanos, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como: (i) convocar e preferencialmente presidir as reuniões da Diretoria; (ii) supervisionar operações de contabilidade geral e relatórios financeiros gerenciais; (iii) supervisionar o desenvolvimento dos empreendimentos que fizer a Companhia; (iv) supervisionar a expansão e a prospecção de novos negócios e mercados; (v) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (vi) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (vii) coordenar a política de pessoal, organização, gerencial, operacional e de marketing da Companhia; (viii) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e (ix) administrar os assuntos de caráter societário em geral. **Artigo 34** – Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária. **Artigo 35** – Compete ao Diretor Comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) analisar e avaliar novas tecnologias para os negócios; (iii) desenvolver os empreendimentos de que fizer parte a Companhia; (iv) expandir e prospectar novos negócios e mercados; (v) orientar a Companhia buscando a consolidação e expansão da sua posição de mercado; (vi) coordenar as operações da Companhia, supervisionar as atividades correlatas, estabelecer políticas, bem como zelar pela satisfação dos clientes da Companhia; e (vii) tomar decisões estratégicas no melhor interesse da Companhia. **Artigo 36** – Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM. **Artigo 37** – Compete ao Diretor de Varejo Digital, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) desenvolver novas linhas de negócio para as vendas de serviços e produtos através de canais digitais; (ii) fazer a gestão das vendas e de gerenciar as estruturas de custos e despesas que dão suporte às vendas de produtos e serviços através de canais digitais; e (iii) garantir a execução dos investimentos em tecnologia e desenvolvimentos de sistemas, softwares e plataformas digitais. **Artigo 38** – É vedado aos Diretores e aos procuradores da Companhia obrigá-la em negócios estranhos ao objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da Companhia. **Capítulo VII – Do Conselho Fiscal: Artigo 39** – O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Parágrafo Primeiro** – O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do edital de convocação. **Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral que receber pedido de funcionamento do Conselho Fiscal e instalar o órgão deverá fixar a quantidade de membros efetivos e suplentes, eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração, observado o limite estabelecido no Artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro** – Os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, eleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas, o qual deve contemplar inclusive sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 54 deste Estatuto Social. **Parágrafo Quarto** – Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **Capítulo VIII – Do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos: Artigo 40** – O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Único** – O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos deve adotar um regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinará detalhadamente as funções do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, bem como seus procedimentos operacionais, definindo, ainda, as atividades do coordenador do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos. **Artigo 41** – O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) membro é conselheiro independente e que ao menos 1 (um) membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo Único** – O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos pode acumular ambas as características referidas no caput. **Artigo 42** – Compete ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, entre outras matérias: (a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos, de riscos e de compliance da Companhia; (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Capítulo IX – Do Comitê de Recursos Humanos: Artigo 43** – O Comitê de Recursos Humanos é órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Único** – O Comitê de Recursos Humanos deve adotar um regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinará detalhadamente as funções do Comitê de Recursos Humanos, bem como seus procedimentos operacionais. **Artigo 44** – O Comitê de

Recursos Humanos é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela maioria simples do Conselho de Administração. **Artigo 45** – Compete ao Comitê de Recursos Humanos, entre outras matérias, ser responsável pelo: (a) gerenciamento, desenvolvimento e treinamento de pessoas; (b) gerenciamento e desenvolvimento de políticas de remuneração, benefícios e incentivos; (c) monitoramento anual de indicadores de desempenho (*KPIs – Key Performance Indicators*) e das metas de performance dos membros da Diretoria e outras pessoas chave da Companhia; e (d) avaliação de perfis de candidatos a membros da Diretoria e outros cargos de pessoas chave da Companhia. **Capítulo X – Do Exercício Social, dos Lucros e S.A. Distribuição: Artigo 46** – O exercício social terá início em 1º (primeiro) de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 (trinta e um) de dezembro do mesmo ano, findo o qual a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício, inclusive balanço societário, e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. **Parágrafo Único** – A Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e/ou em períodos menores e distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio à conta de lucros e/ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral, trimestral ou mensal, observadas as disposições legais aplicáveis. Os dividendos e os juros sobre capital próprio previstos neste parágrafo serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 47** – O lucro líquido da Companhia apurado em qualquer exercício social terá a seguinte destinação: (a) absorção de prejuízos acumulados ou apurados pela Companhia, se houver; (b) uma parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, observado ainda o disposto no Artigo 193, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações; (c) uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de reserva para contingências efetivamente apontadas como prováveis pelos auditores independentes da Companhia, cuja constituição poderá ser devidamente aprovada em Assembleia Geral da Companhia; (d) a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos poderá ser destinada para reserva de incentivos fiscais, nos termos do Artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações; (e) a parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pelas deduções previstas nos itens “a” à “d” acima e, caso aplicável, pelo acréscimo das importâncias decorrentes da eventual reversão da reserva para contingências formada em exercícios anteriores, será obrigatoriamente distribuída aos acionistas, a título de pagamento de dividendo mínimo obrigatório, sujeito às regras previstas nos Artigos 197 e 202, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações; e (f) o lucro líquido remanescente terá a destinação dada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia com observância das regras previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 48** – Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo será pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, sempre dentro do exercício social. **Artigo 49** – Todo e qualquer pagamento realizado a título de juros sobre capital próprio será devidamente descontado dos valores devidos pela Companhia a título de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Capítulo XI – Da Liquidação: Artigo 50** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Capítulo XII – Alienação de Controle: Artigo 51** – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Parágrafo Primeiro** – Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor. **Parágrafo Segundo** – Para os fins deste Artigo 51, entende-se por “controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. **Capítulo XIII – Reorganização Societária – Artigo 52** – Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização. **Parágrafo Único** – Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverá dar anuência a essa estrutura. **Capítulo XIV – Saída Voluntária do Novo Mercado: Artigo 53** – Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das Ações em Circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. **Parágrafo Único** – A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo 53, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo XV – Arbitragem: Artigo 54** – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo XVI – Das Disposições Gerais: Artigo 55** – A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas. **Artigo 56** – Sem prejuízo da apólice de seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores contratada pela Companhia, a Companhia poderá indenizar e manter indenidos seus Administradores e membros externos do Comitê de Auditoria previsto no Capítulo VIII e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas e, ainda, aqueles, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos estatutários ou não em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício de suas funções na Companhia, conforme previsto em acordos celebrados entre as Companhia e os respectivos Beneficiários. **Parágrafo Primeiro** – Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor. **Parágrafo Segundo** – As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em documento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão. **Artigo 57** – As omissões deste Estatuto Social serão suprimidas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações e ao Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 58** – Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral. Secretária: Ana Carolina Castro Reis Passos. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 430.010/24-2 em 28/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Edital de 1ª (Primeira) Convocação (“Edital”) – Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Hidrovias do Brasil S.A., a ser realizada em 02 de janeiro de 2025

Hidrovias do Brasil S.A. Sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Raduque Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 12.648.327/0001-53 ("**Emissora**" ou "**Companhia**"), convoca os titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, para distribuição, da Emissora ("**Debêntures**", "**Emissão**" e "**Debituristas**", respectivamente), a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, nos termos do Art. 71, § 2º e do Art. 124, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Cláusula 9.1 da "*Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Hidrovias do Brasil S.A.*", celebrada entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Agente Fiduciário**"), em 20 de julho de 2022, conforme aditada em 15 de agosto de 2022 ("**Escritura de Emissão**"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 02 de janeiro de 2025, às 12 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Ten Meetings" ("**Plataforma Digital**" ou "**Assamblea**"), com a possibilidade de envio de Instrução de Voto à Distância (conforme abaixo definido) previamente à realização da Assembleia, observado o disposto na Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), com o link de acesso a ser oportunamente encaminhado pela Emissora aos Debituristas habilitados, nos termos deste Edital e da proposta de administração disponibilizada pela Emissora em seu website (r.hbsa.com.br) e no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/ptr-br>) na mesma data de publicação deste Edital ("**Proposta da Administração**"). A Assembleia será considerada válida quando realizada na sede da Emissora, para deliberar sobre as seguintes matérias: (a) concessão de anuidade prévia (waiver) nos termos da Cláusula 9.4.1 da Escritura de Emissão, em relação ao disposto na Cláusula 6.1, item (iii) da Escritura de Emissão, que atualmente considera um Evento de Inadimplemento Automático das Debêntures caso a Emissora venha a ter um acionista que seja caracterizado como acionista controlador, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto por acionistas que detenham participação acionária, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de ações representativas do capital social da Emissora na Data de Emissão, para que, pelo período de 2 (dois) anos contados a partir da data de realização da Assembleia, não haja a incidência de Evento de Inadimplemento Automático previsto na Cláusula 6.1, item (iii) da Escritura de Emissão e a consequente decretação de vencimento antecipado automático das Debêntures, caso a Emissora venha a ter um acionista que seja caracterizado como acionista controlador, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, desde que tal acionista que venha a se caracterizar como acionista controlador possua, na data de realização da Assembleia: (i) participação acionária, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de ações representativas do capital social da Emissora na data de realização da Assembleia; e (ii) classificação de risco Moody's (rating) AAA, pela S&P Global Ratings Brasil ou Fitch Ratings Brasil, ou Aaa, pela Moody's Local BR Agência Brasileira de Classificação de Risco Ltd.); (b) a concessão de anuidade prévia (waiver), para que a Emissora e/ou qualquer Controlada Relevante da Emissora, possam, pelo período de 2 (dois) anos contados a partir da realização da Assembleia, realizar eventual alienação de ativos, em uma ou mais operações, cujos valores individuais ou agregado, seja de até 20% (vinte por cento) da receita operacional líquida consolidada da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora mais recentes divulgadas à época das deliberações de cada alienação, sem que haja a incidência de Evento de Inadimplemento Não Automático previsto na Cláusula 6.2, item (ix), da Escritura de Emissão e a consequente decretação de vencimento antecipado automático das Debêntures; e (c) a concessão de autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam, em conjunto, todos e quaisquer atos e assinem todos e quaisquer documentos necessários para fins de formalização das deliberações tomadas nos itens (a) e (b) acima. Como contrapartida às aprovações, a Emissora propõe o pagamento de prêmio de 0,20% (vinte centésimos por cento) flat a todos os Debituristas, a serem pagos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de realização da presente Assembleia, incidente sobre o saldo devedor remanescente no dia útil imediatamente anterior à data da aprovação desta Assembleia ("**Waiver Fee**"). **Informações Gerais:** 1. Sistema Eletrônico Forma de Acesso e Documentos Exigidos. O Debiturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar website específico para a Assembleia da Emissora no endereço <https://assembleia.ten.com.br/193997866> e preencher o seu cadastre de controle e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81: i) **Pessoa física:** documento de identidade válido e cópia do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira funcional de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos dados do Ministério Público, desde que contenham foto de seu titular); ii) **Pessoa jurídica:** (a) cópia da versão vigente do estatuto do estado social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documento(s) que comprovem a representação do Debiturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) **Fundo de investimento:** (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b)

(b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos, o Debutentista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. **1.1.1. Procuradores.** O Debutentista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link <https://assembleia.ten.com.br/193997866>, e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, com ou sem o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, com ou sem certificado digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debutentista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debutentista registrado em seu cadastro e providenciá-la, se necessário, a complementação de documentos. Ademais, nos termos do **Anexo II** à Proposta da Administração, e acessando a página da Emissora (ri.hbssa.com.br), pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debutentistas. Sem prejuízo, os Debutentistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debutentistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no link acima indicado.

1.1.2. Instrução de Voto. Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será permitido o exercício do direito de voto pelos Debutentistas mediante preenchimento de instrução de voto à distância ("Instrução de Voto à Distância"), nos termos do **Anexo II** da Proposta da Administração, conforme disponibilizada pela Emissora no seu website (ri.hbssa.com.br). O Debutentista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto à distância por meio da Instrução de Voto à Distância, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link <https://assembleia.ten.com.br/193997866> e realizando o preenchimento da Instrução de Voto à Distância diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item 1. acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos/>) ou da Emissora (ri.hbssa.com.br), para obtenção do modelo de Instrução de Voto à Distância e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital <https://assembleia.ten.com.br/193997866>, preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item 1 acima, incluindo a Instrução de Voto à Distância preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debutentista que fizer o envio da Instrução de Voto à Distância mencionada acima e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, e assim como para eventuais adiantamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar, na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, § 4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debutentista que fizer o envio de Instrução de Voto à Distância vá além da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto à Distância anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, § 4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Companhia esclarece que, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Companhia, caso necessário, poderá publicar um novo Edital com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Companhia reitera aos senhores Debutentistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da ordem do dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico ri.hbssa.com.br e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico <https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos/>. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Debutentistas. As instruções gerais para participação na Assembleia, bem como os documentos atinentes à ordem do dia, inclusive a Proposta da Administração e o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se, a partir desta data, à disposição dos Debutentistas, na sede da Emissora, bem como nos seguintes websites: (i) da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>); (ii) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); (iii) de relações com investidores da Emissora (ri.hbssa.com.br); e (iv) do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos/>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente definidos neste Edital terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 11 de dezembro de 2024. **Hidrovios do Brasil S.A. – Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente.**

(11, 12 e 13/12/2024)

Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Edital de 1ª (primeira) convocação ("Edital")

Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Hidrovios do Brasil S.A., a ser realizada em 02 de janeiro de 2025

A Hidrovios do Brasil S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 3º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 12.648.327/0001-53 ("**Emissora**" ou "**Companhia**"), convoca os titulares das debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora ("**Debêntures**", "**Emissão**" e "**Debenturistas**", respectivamente), a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, nos termos do Art. 71, § 2º e do Art. 124, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Cláusula 9 da "**Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Hidrovios do Brasil S.A.**", celebrada entre a Emissora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Agente Fiduciário**")**, em 18 de outubro de 2021, conforme aditada em 12 de novembro de 2021 ("**Escritura de Emissão**"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação no dia 02 de janeiro de 2025, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "**Ten Meetings**" ("**Plataforma Digital**") ("**Assembleia**"), com a possibilidade de envio de Instrução de Voto à Distância (conforme abaixo definido) previamente à realização da Assembleia, observado o disposto na Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), com o link de acesso a ser oportunamente encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, nos termos deste Edital e da proposta de administração disponibilizada pela Emissora em seu website (h.brsa.com.br) e no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) na mesma data de publicação deste Edital ("**Proposta da Administração**"). A Assembleia será considerada como realizada na sede da Emissora, para deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** concessão de anuidade prévia (*waiver*) nos termos da Cláusula 9.4.1 da Escritura de Emissão, em relação ao disposto na Cláusula 6.1, item (iii) da Escritura de Emissão, que atualmente considera um Evento de Inadimplemento Automático das Debêntures caso a Emissora venha a ter um acionista que seja caracterizado como acionista controlador, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto por acionistas que detenham participação acionária, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de ações representativas do capital social da Emissora na data de Emissão, para que, pelo período de 2 (dois) anos contados da data de realização da Assembleia, não haja a incidência de Evento de Inadimplemento Automático previsto na Cláusula 6.1, item (iii) da Escritura de Emissão e a consequente decretação de vencimento antecipado automático das Debêntures, caso a Emissora venha a ter um acionista que seja caracterizado como acionista controlador, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, desde que tal acionista que venha a se caracterizar como acionista controlador possua, na data de realização da Assembleia: (i) participação acionária, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de ações representativas do capital social da Emissora na data de realização da Assembleia; e (ii) classificação de risco (rating) AAA, pela S&P Global Ratings Brasil ou Fitch Ratings Brasil, ou Aaa, pela Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda., **(b)** a concessão de anuidade prévia (*waiver*), para que a Emissora e/ou qualquer Controlador Relevante da Emissora, possam, pelo período de 2 (dois) anos contados da data de realização da Assembleia, realizar eventual alienação de ativos, em uma ou mais operações, cujo valor, individual ou agregado, seja de até 20% (vinte por cento) da receita operacional líquida consolidada da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora mais recentes divulgadas à época de cada alienação, sem que haja a incidência de Evento de Inadimplemento Não Automático previsto na Cláusula 6.2, item (ix), da Escritura de Emissão e a consequente decretação de vencimento antecipado não automático das Debêntures; e **(c)** a concessão de autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem, em conjunto, todos e quaisquer atos e assinem todos e quaisquer documentos necessários para fins de formalização das deliberações tomadas nos itens (a) e (b) acima. Como contrapartida às aprovações, a Emissora propõe o pagamento de prêmio de 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat* a todos os Debenturistas, a serem pagos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de realização da presente Assembleia, incidente sobre o saldo devedor remanescente no dia útil imediatamente anterior à data da aprovação da Assembleia ("**Waiver Fee**").

Informações Gerais: 1. **Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar website específico para a Assembleia da Emissora no endereço <https://assembleia.ten.com.br/163590943> e preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, § 2º da Resolução CVM 81: i) **Pessoa física:** documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) **Pessoa jurídica:** (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) **Fundo de investimento:** (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do

o administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos, o Debiturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. **1.1.1. Procuradores.** O Debiturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link <https://assembleia.ten.com.br/163590943>, e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, com ou sem o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, com ou sem certificado digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debiturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debiturista registrado em seu cadastro e providenciária, se necessário, a complementação de emissoras. Ademais, nos termos do **Anexo III** à Proposta da Administração, e acessando a página da Emissora (ri.hbsa.com.br), pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debituristas. Sem prejuízo, os Debituristas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debituristas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital, ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no link acima indicado. **1.2. Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debituristas mediante preenchimento de instrução de voto à distância (**Instrução de Voto à Distância**), nos termos do **Anexo II** da Proposta da Administração, conforme disponibilizada pela Emissora no seu website (ri.hbsa.com.br). O Debiturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto à distância por meio da Instrução de Voto à Distância, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link <https://assembleia.ten.com.br/163590943> e realizando o preenchimento da Instrução de Voto à Distância diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item 1, acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>) ou da Emissora (ri.hbsa.com.br), para obtenção do modelo de Instrução de Voto à Distância e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital <https://assembleia.ten.com.br/163590943>, preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item 1, acima, incluindo a Instrução de Voto à Distância preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debiturista que fizer o envio da Instrução de Voto à Distância mencionada acima e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (na data ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar, na reunião da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, § 4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debiturista que fizer o envio de Instrução de Voto à Distância válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto à Distância anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, § 4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Companhia esclarece que, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Companhia, caso necessário, poderá publicar um novo Edital com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Companhia reitera aos senhores Debituristas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da ordem do dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico ri.hbsa.com.br e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico <https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecerão à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Debituristas. As instruções gerais para participação na Assembleia, bem como os documentos atinentes à ordem do dia, inclusive a Proposta da Administração e o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se, a partir desta data, à disposição dos Debituristas, na sede da Emissora, bem como nos seguintes websites: i) da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>); ii) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); iii) de relações com investidores da Emissora (ri.hbsa.com.br); e iv) do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente definidos neste Edital terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 11 de dezembro de 2024. **Hidrovios do Brasil S.A. – Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente.** (11, 12 e 13/12/2024)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Shopping Pátio Cianê Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 11.024.112/0001-07 – NIRE 35.300.414.977

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 26 (vinte e seis) de novembro de 2024, às 10:30 horas, na sede social da Shopping Pátio Cianê Empreendimentos Imobiliários S.A. (“**Companhia**”), localizada na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Afonso Vergueiro, 823, Centro, CEP 18.035-370. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas e na Lista de Presença dos Acionistas, anexa à presente ata na forma do **Anexo I. 3. Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”). **4. Mesa:** A mesa foi composta pelo Presidente, Sr. **Bruno Sampaio Greve**, e pelo Secretário, o Sr. **Ricardo de Souza Adenes**. **5. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a redução do capital social julgado excessivo em relação ao objeto social da Companhia, com consequente restituição aos respectivos acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações; **(ii)** a consignação de que o conselho fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução de capital referida no item (i); **(iii)** sujeita à aprovação das matérias constantes dos itens acima, da ordem do dia, a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias à efetivação das matérias ora deliberadas; e **(iv)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** reduzir o capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo, nos termos do artigo 173 da Lei da Sociedade por Ações, passando, portanto, **dos atuais** R\$116.720.544,00 (cento e dezesseis milhões, setecentos e vinte mil, quinhentos e quarenta e quatro reais), dividido em 116.720.544 (cento e dezesseis milhões, setecentas e vinte mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas, **para** R\$114.030.544,00 (cento e quatorze milhões, trinta mil, quinhentos e quarenta e quatro reais), dividido em 114.030.544 (cento e quatorze milhões, trinta mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas, configurando, portanto, uma redução de R\$2.690.000,00 (dois milhões, seiscentos e noventa mil reais), mediante o cancelamento de 2.690.000 (dois milhões, seiscentas e noventa mil) ações, sendo tal cancelamento efetuado de forma proporcional à participação dos acionistas, distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 2.044.400,00 (dois milhões, quarenta e quatro mil, quatrocentos reais), com o cancelamento de 2.044.400 (dois milhões, quarenta e quatro mil, quatrocentas) ações, para a acionista **Rec Saphy Cianê Empreendimentos S.A.**, e (B) R\$ 645.600,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais), com o cancelamento de 645.600 (seiscentas e quarenta e cinco mil e seiscentas) ações, para a acionista **Santa Helena Investimentos e Participações S.A.**, mantendo-se, portanto, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, em decorrência da deliberação acima, aprovam, ainda, a modificação da redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$114.030.544,00 (cento e quatorze milhões, trinta mil, quinhentos e quarenta e quatro reais), dividido em 114.030.544 (cento e quatorze milhões, trinta mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.** **(ii)** consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução ora deliberada. **(iii)** autorizar a diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. **(iv)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia que passa a vigorar na forma do **Anexo II** à presente assembleia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. *A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Sorocaba/SP, 26 de novembro de 2024. (ass.:) Bruno Sampaio Greve – **Presidente**; Ricardo de Souza Adenes – **Secretário**. **Estatuto Social – Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º –** A Companhia adota a denominação social de **Shopping Pátio Cianê Empreendimentos Imobiliários S.A.** e rege-se por este estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º –** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Afonso Vergueiro, nº 823, Centro, CEP 18035-370. **Artigo 3º –** A Companhia tem por objeto (i) a incorporação e a implementação do shopping center denominado Shopping Pátio Cianê, o qual será localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Afonso Vergueiro, nº 823, Centro, CEP 18035-370 (“Shopping Center”), mediante o desenvolvimento, a comercialização e a locação de unidades pertencentes ao Shopping Center, e ainda (ii) a exploração, operação e administração de estacionamento rotativo para veículos automotores no Shopping Pátio Cianê. **Artigo 4º –** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º –** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$114.030.544,00 (cento e quatorze milhões, trinta mil, quinhentos e quarenta e quatro reais), dividido em 114.030.544 (cento e quatorze milhões, trinta mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo primeiro –** A propriedade de ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro das Ações Nominativas”. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de “Transferência de Ações Nominativas”. **Parágrafo segundo –** A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações de Assembleias Gerais. **Parágrafo terceiro –** A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias e não possui esses títulos em circulação. **Artigo 6º –** As despesas com desdobramento ou agrupamento de ações correrão por conta dos acionistas solicitantes, quando aplicável. **Capítulo III – Assembleias Gerais: Artigo 7º –** As Assembleias Gerais poderão ser Ordinárias e/ou Extraordinárias, observado que os acionistas reunir-se-ão ordinariamente, dentro dos primeiros quatro meses após o término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que convocada, na forma da lei. **Artigo 8º –** As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelos Diretores ou por qualquer um dos acionistas, nos casos previstos em lei. **Parágrafo primeiro –** As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas por qualquer Diretor da Companhia, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei. **Parágrafo segundo –** As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer um dos Diretores e secretariadas por quem ele indicar. **Parágrafo terceiro –** As Assembleias Gerais somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de todos os acionistas; e com a presença de qualquer número, em segunda convocação, a qual deverá ocorrer somente após 10 (dez) dias da primeira. **Artigo 9º –** As deliberações sociais da Companhia serão tomadas em Assembleias Gerais pelo voto de acionistas que detenham ações que representem mais da metade das ações com direito a voto da Companhia, exceto com relação às matérias elencadas no Artigo 10 abaixo. **Artigo 10 –** As deliberações sociais da Companhia, que envolvam as matérias abaixo elencadas, serão aprovadas em Assembleias Gerais pelo voto de acionistas que detenham, pelo menos, 87% (oitenta e sete por cento) das ações com direito a voto: (a) a venda e/ou permuta e/ou operação de parte ou da totalidade dos imóveis onde estará localizado o Shopping Center; (b) a mudança de destinação do imóvel onde está localizado o Shopping Center; (c) a aquisição, a alienação ou operação de quaisquer bens ou imóveis de valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza, no período de 12 (doze) meses) superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto pelas aquisições realizadas na construção e implementação do Shopping Center que estejam compreendidas no Cronograma Físico-Financeiro (conforme definido no Acordo de Acionistas da Companhia); (d) qualquer alteração ao Cronograma Físico-Financeiro (conforme definido no Acordo de Acionistas da Companhia); (e) qualquer alteração deste estatuto social que diga respeito (i) à mudança da denominação e/ou do objeto social; (ii) ao prazo de duração da Companhia; (iii) à alteração dos direitos conferidos às ações e criação de novas classes de ações; (iv) à estrutura e composição da administração, bem como sua competência; e (iv) à redução do dividendo mínimo obrigatório ou alteração da política de dividendos; (f) qualquer aumento do capital da Companhia, desdobramento ou agrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, à criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações; (g) a cisão, fusão, incorporação da Companhia ou incorporação de ações da Companhia por outra companhia ou ainda das ações de outra companhia pela Companhia, transformação ou outras formas de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) a redução de capital, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia, conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações; (i) a autorização aos Diretores da Companhia para confessar falência, promover dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; (j) qualquer matéria prevista no artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações; (k) a alteração do número de membros, da composição ou da forma de nomeação dos membros do Comitê Executivo, bem como a alteração das matérias objeto de aprovação do Comitê Executivo; (l) a celebração de acordo visando à solução de qualquer litígio ou demanda (judicial ou arbitral) em processo (judicial ou arbitral) relativo ao Shopping Center, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza, no período de 12 (doze) meses) seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (m) aprovação ou alteração do orçamento anual da Companhia; (n) a substituição da administradora do Shopping Center; (o) contratação, pela Companhia, de empresa de auditoria independente, desde que escolhida entre uma das seguintes: PriceWaterhouse-

Coopers, KPMG, Deloitte ou Ernst & Young; (p) a aprovação dos balanços, demonstrações financeiras e outros documentos previstos no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações; (q) a deliberação sobre o destino do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários, a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto neste estatuto social e a constituição de reservas de capital ou de lucros pela Companhia; (r) a fixação da remuneração global da Diretoria da Companhia e, se aplicável, do Conselho Fiscal da Companhia; (s) qualquer operação, acordo ou despesas entre (1) a Companhia, de um lado; e (2) (i) qualquer parte relacionada da Companhia; (ii) qualquer acionista; ou (iii) qualquer conselheiro ou Diretor da Companhia; (t) a realização de despesas extraordinárias, ou seja, aquelas despesas não previstas no orçamento anual, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza, no período de 12 (doze) meses) seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (u) a contratação de empréstimos, financiamentos ou assunção de dívidas em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza, no período de 12 (doze) meses), desde que não previsto no orçamento anual; e (v) qualquer proposta de reforma, modernização ou expansão do Shopping Center. **Parágrafo único –** Os valores referidos no caput do presente Artigo estão sujeitos à atualização pela variação do IGP-M/FGV anual, apurada a partir de 09 de março de 2012. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo 11 –** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 03 (três) membros, acionistas ou não, residentes no país. **Artigo 12 –** A Diretoria será composta por 02 (dois) membros designados Diretores Executivos e 01 (um) membro designado Diretor Administrativo. **Artigo 13 –** Observado o disposto no Artigo 14 abaixo e as deliberações dos acionistas, os Diretores terão amplos poderes de administração, cabendo-lhes: (a) representar a Companhia em Juízo ou fora dele, perante repartições públicas, entidades autárquicas e paraestatais, sociedades de economia mista, quer sejam, umas e outras, federais, estaduais ou municipais; (b) alienar, onerar, e adquirir bens móveis ou imóveis, assinando os contratos necessários, públicos ou particulares; (c) contrair empréstimos em nome da Companhia, dando as garantias que se fizerem necessárias, por mais específicas que sejam; (d) sacar promissórias, aceitar letras de câmbio, firmar compromissos, acordos e contratos, bem como todo e qualquer documento que envolva responsabilidade social; (e) movimentar contas bancárias através de todas as formas conhecidas, consagradas pelo uso ou pela legislação vigente; (f) assinar duplicatas ou recibos e endossá-los quando necessário a favor de instituição de crédito por desconto ou simples cobrança; (g) outorgar procurações em nome da Companhia, com poderes para a prática de atos privativos da Diretoria ou quaisquer outros necessários à consecução dos objetivos sociais; (h) nomear mandatários com poderes “ad-negotia” e “ad-judicia”; (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (j) confessar dívidas, transigir, renunciar e desistir, representar a Companhia perante repartições públicas e demais instituições de direito público; (k) fazer cumprir o estatuto social, as disposições legais e as deliberações da Diretoria e das Assembleias Gerais; (l) delegar, no todo ou em parte, a qualquer outro Diretor as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem, e, (m) praticar, enfim, todo e qualquer ato, por mais especial que seja desde que relacionado aos interesses da Companhia. **Parágrafo único –** Os Diretores da Companhia farão e farão com que a sociedade contratada para administrar o Shopping Center forneça mensalmente informações sobre as operações do Shopping e da Companhia, incluindo balancetes sintéticos e analíticos, demonstração de resultados, relatórios gerenciais, relatório de inadimplência e outros documentos necessários para que os acionistas possam acompanhar as atividades da Companhia e do Shopping Center. **Artigo 14 –** A Companhia considerará-se obrigada pela assinatura de 2 (dois) Diretores, sendo pelo menos 1 (um) Diretor Executivo, e ainda, pelas assinaturas dos procuradores constituídos na forma do Artigo 15. **Artigo 15 –** Poderá a Companhia ser representada por um ou mais procuradores, nos limites estabelecidos pelos respectivos instrumentos de mandato, os quais serão outorgados mediante a assinatura de 2 (dois) Diretores, sendo pelo menos 1 (um) Diretor Executivo. **Parágrafo único –** Das procurações deverão constar o prazo de validade do mandato e a definição da matéria específica, exceto as procurações “ad judicium”. **Artigo 16 –** O mandato unificado da Diretoria será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Em caso de vacância de um cargo de Diretor, observadas as disposições deste estatuto Social e do Acordo de Acionistas, um novo Diretor será eleito para cumprimento do prazo restante do mandato do Diretor que está sendo substituído. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos diretores eleitos. **Artigo 17 –** Os acionistas poderão, a qualquer tempo, solicitar a destituição e/ou substituição do Diretor por eles indicado, se obrigando os demais acionistas a comparecer nas respectivas Assembleias Gerais e exercer seu voto no sentido de destituir e/ou substituir o Diretor por eles indicado. **Artigo 18 –** Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante termo de posse lavrado no “Livro de Atas das Reuniões da Diretoria”, observadas as disposições legais aplicáveis, e dispensada a prestação de caução. **Artigo 19 –** A remuneração global dos membros da Diretoria será fixada em Assembleia Geral. **Artigo 20 –** A Companhia possui um comitê executivo (“Comitê Executivo”) composto por 3 (três) membros, todos integrantes da Diretoria da Companhia, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Administrativo, os quais poderão convidar terceiros para participar da reunião, a fim de apresentar informações, sugestões e esclarecimentos a respeito das matérias a serem discutidas nas reuniões do Comitê Executivo. **Parágrafo primeiro.** O Comitê Executivo terá um coordenador (“Coordenador”), a ser indicado pela maioria dos membros do Comitê Executivo na primeira reunião do respectivo exercício social, que será responsável, entre outras atribuições, por (i) convocar as reuniões do Comitê Executivo, mediante o envio de notificação a cada um de seus membros; (ii) organizar a pauta das reuniões do Comitê Executivo (sem prejuízo da possibilidade dos demais membros do Comitê Executivo requererem a inclusão de outras matérias na pauta); e (iii) lavar as atas com as decisões dos membros do Comitê Executivo. **Parágrafo segundo.** O Comitê Executivo se reunirá, ordinariamente, em periodicidade mensal, e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Parágrafo terceiro.** As datas das reuniões ordinárias mensais que ocorrerão no decorrer de cada exercício serão definidas na primeira reunião do Comitê Executivo, a qual deverá ocorrer nos 30 (trinta) primeiros dias seguintes ao término de cada exercício social. **Parágrafo quarto.** As reuniões do Comitê Executivo serão convocadas pelo Coordenador ou, na sua ausência, por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita enviada aos membros, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, com antecedência mínima, em primeira convocação, de 5 (cinco) dias da data proposta para a reunião, e, em segunda e terceira convocações, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data proposta para as respectivas reuniões. **Parágrafo quinto.** As reuniões do Comitê Executivo serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. **Parágrafo sexto.** As reuniões do Comitê Executivo poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, sendo a participação dos membros considerada presencial em referida reunião. Neste caso, os membros que participarem remotamente das reuniões deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente. **Parágrafo sétimo.** Os membros do Comitê Executivo poderão se fazer representar nas reuniões por procurador devidamente constituído, membro ou não do Comitê Executivo. **Parágrafo oitavo.** As reuniões do Comitê Executivo somente se instalarão, em primeira e segunda convocação, com a presença da quantidade de membros necessária para a aprovação das matérias objeto da ordem do dia, e, em terceira convocação, com qualquer quantidade de membros, os quais poderão ser representados por procurador devidamente constituído, observadas as disposições dos Parágrafos Sexto e Sétimo acima. No caso de não comparecimento do número de membros necessário na primeira convocação, a reunião do Comitê Executivo deverá se realizar, em segunda convocação, no dia útil imediatamente subsequente à data inicialmente marcada para a realização da referida reunião. No caso de não comparecimento do número de membros necessário na segunda convocação, a reunião do Comitê Executivo se realizará, em terceira convocação, no dia útil imediatamente subsequente à data marcada para a realização da reunião em segunda convocação, e se instalará com a presença de qualquer número dos membros, os quais poderão aprovar, somente neste caso, toda e qualquer matéria pela maioria dos votos dos presentes. **Parágrafo nono.** Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 20, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Comitê Executivo, pessoalmente ou na forma dos Parágrafos Sexto e Sétimo acima. **Artigo 21 –** Nas reuniões do Comitê Executivo, cada Diretor terá o número de votos igual ao número de ações detidas pelo acionista que o elegeu, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, dividido pelo número total de Diretores eleitos por tal acionista. As deliberações do Comitê Executivo serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos votos, salvo com relação às matérias previstas no Artigo 10 e no Parágrafo Primeiro do Artigo 22. **Parágrafo primeiro.** Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata contendo o sumário das decisões tomadas, a qual deverá ser assinada por todos os fisicamente presentes (membros do Comitê Executivo ou seus procuradores) e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do Comitê Executivo, devendo os votos proferidos por membros que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Sexto da Cláusula 20 acima constar da ata e cópia da respectiva carta, fac-símile ou correio eletrônico contendo o seu voto, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata. A Companhia deverá enviar cópia das respectivas atas aos acionistas no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização da respectiva reunião. **Parágrafo segundo.** As deliberações aprovadas em reunião do Comitê Executivo vincularão, para todos os efeitos de direito, os atos e decisões da Diretoria da Companhia. **Artigo 22 –** Competirá ao Comitê Executivo, devendo as matérias a seguir ser aprovadas por maioria de votos: (a) acompanhar e fiscalizar o andamento das obras do Shopping, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro (conforme definido no Acordo de Acionistas da Companhia); (b) preparar e apresentar à Assembleia Geral proposta de orçamento anual da Companhia; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo, a qualquer tempo, qualquer dos membros do Comitê Executivo, examinar os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos praticados em nome da Companhia; (d) acompanhar o desenvolvimento do Shopping e de outros projetos dos quais a Companhia participe; (e) acompanhar e analisar o desempenho do Shopping, visando a melhoria contínua dos resultados obtidos; (f) coordenar o desenvolvimento das atividades de administração, gestão e comercialização

de unidades do Shopping; (g) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas ou realizadas pela Companhia, inclusive a partir do exame da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócio; (h) analisar o relatório anual da administração e contas da Diretoria; (i) aprovar a locação de espaços no Shopping em termos e condições distintos dos previstos na tabela de comercialização vigente para o período, se o valor da locação for até 20% (vinte por cento) inferior em relação aos valores mencionados na referida tabela e impactar negativamente o orçamento anual, em percentual inferior a 5% (cinco por cento). No caso de redução no valor da locação de espaços superior a 20% (vinte por cento) em relação aos valores mencionados na tabela de comercialização vigente, ou se qualquer redução aqui referida impactar negativamente o orçamento anual, em percentual superior a 5% (cinco por cento), a proposta de locação deverá ser acompanhada de justificativa e sua aprovação estará sujeita ao quórum qualificado disposto no Parágrafo Único abaixo; (j) aprovar a contratação ou a rescisão contratual, de forma justificada, de empresas prestadoras de serviços envolvidas na construção ou na prestação de serviços para a Companhia ou para o Shopping; (k) autorizar a Diretoria a realizar a distribuição de dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre capital próprio pela Companhia; (l) analisar e encaminhar à Assembleia Geral propostas para contratação de empréstimos, financiamentos ou assunção de dívidas em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza, no período de 12 (doze) meses), desde que não previsto no orçamento anual; (m) analisar e encaminhar à Assembleia Geral oportunidades de investimento a serem exploradas pela Companhia; (n) analisar e encaminhar à Assembleia Geral propostas para constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente e para prestação de garantias à terceiros; (o) analisar e encaminhar à Assembleia Geral as propostas de reforma, modernização ou expansão do Shopping; e (p) discutir e avaliar, submetendo quando necessário à Assembleia Geral, qualquer outra matéria de interesse dos acionistas. **Parágrafo Único.** As matérias abaixo elencadas estão sujeitas à aprovação da totalidade dos membros do Comitê Executivo: (a) a revisão do projeto de arquitetura do Empreendimento; (b) no âmbito do Contrato de Gestão da Implantação do Shopping Pátio Cianê, celebrado entre a Companhia e a Saphy Administradora de Centros Comerciais S.A., (i) a contratação de gerenciadora; (ii) a contratação da construtora responsável pela edificação do Empreendimento; (iii) a aprovação de custas e despesas a serem incorridas pela contratada, conforme estipuladas no Contrato de Gestão da Implantação acima mencionado; e (iv) a alteração, rescisão ou renovação do referido contrato; (c) no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Comercial, celebrado entre a Companhia e a SC Comercialização de Shopping Centers Ltda., (i) a aprovação do Plano de Comercialização das áreas do Shopping Center, que será válido até a data de inauguração do Empreendimento; e (ii) a alteração, rescisão ou renovação do referido contrato; (d) no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços de Administração, celebrado entre a Companhia e a Saphy Administradora de Centros Comerciais S.A., (i) a aprovação das custas e despesas a serem incorridas pela contratada, conforme estipuladas no referido contrato; e (ii) a alteração, rescisão ou renovação do referido contrato; (e) a aprovação das minutas de documentos relacionados ao Empreendimento, tais como normas gerais, contratos de locação, contrato de cessão de direitos, regimento interno, estatuto do fundo de promoções, estatuto da associação dos lojistas, convenção de condomínio, caderno de condições técnicas, entre outros; e (f) a aprovação de redução no valor da locação de espaços superior a 20% (vinte por cento) em relação aos valores mencionados na tabela de comercialização vigente, ou qualquer alteração nos valores de locação de espaços previstos na tabela de comercialização vigente que impacte negativamente o orçamento anual em percentual superior a 5% (cinco por cento). As propostas de locação a serem analisadas nos termos deste item deverão ser acompanhadas de justificativa. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal: Artigo 23 –** O Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será integrado por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto e instalado na forma da legislação vigente. Seus membros poderão ser reeleitos e terão a remuneração que for fixada em Assembleia Geral. **Capítulo VI – Do Exercício Social: Artigo 24 –** O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. No fim de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia de conformidade com a legislação vigente. Poderão ser levantados balanços periódicos e distribuídos dividendos provisórios na forma da lei. **Artigo 25 –** As demonstrações financeiras da Companhia serão auditadas pelas seguintes empresas de auditoria independente com Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), escolhida pelos acionistas: PriceWaterhouseCoopers, KPMG, Deloitte ou Ernst & Young. **Parágrafo único –** A Companhia enviará aos acionistas cópia do relatório financeiro juntamente com o relatório do auditor independente com, pelo menos, 21 (vinte e um) dias de antecedência de sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária que examinar os referidos relatórios. **Artigo 26 –** Dos lucros líquidos apurados em cada exercício, após efetuadas as amortizações e Reserva Legal, a Companhia distribuirá aos acionistas os dividendos na menor periodicidade possível e na máxima extensão permitida em lei, permitida sua antecipação, o pagamento de juros sobre capital próprio ou outras formas legalmente admitidas. **Capítulo VII – Do Acordo de Acionistas: Artigo 27 –** Os atos praticados pelos acionistas e pela Diretoria da Companhia, inclusive, mas sem limitação, aqueles referentes ao exercício do direito de preferência, cessão e transferência de ações, aumento do capital social e subscrição de novas ações, exercício do direito de voto, forma de cálculo do valor das ações, estão vinculadas e condicionadas aos termos e disposições do “Acordo de Acionistas” firmado entre os acionistas da Companhia, em 09 de março de 2012, devendo tal acordo ser rigorosamente respeitado por eles, sob pena de nulidade da decisão tomada. A Companhia e eventuais terceiros que desejarem ingressar na Companhia deverão observar o conteúdo do “Acordo de Acionistas” e os terceiros deverão obrigatoriamente aderir a todas as suas cláusulas, como condição de admissibilidade ao quadro societário da Companhia. **Capítulo VIII – Das Disposições Gerais: Artigo 28 –** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, que se processará de acordo com deliberação da Assembleia Geral, competindo-lhe, também, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal. **Parágrafo primeiro –** A Companhia, no caso de abertura de capital, obrigará-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa. **Parágrafo segundo –** A Companhia disponibilizará aos acionistas contratos firmados com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisições de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 29 –** Todas e quaisquer controvérsias e reclamações relacionadas ao presente estatuto social deverão ser resolvidas, exclusiva e definitivamente, através do processo de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, conduzida conforme as regras constantes do Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“Normas do Centro”) vigentes na data de instauração da arbitragem, sendo que o tribunal terá assento na Cidade de São Paulo. **Parágrafo primeiro –** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros. Cada parte indicará 1 (um) árbitro e os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes indicarão, em conjunto, o terceiro árbitro, que será o presidente do tribunal arbitral. As indicações deverão ser realizadas no prazo de 10 (dez) dias do recebimento de notificação da outra parte envolvida relativa à instalação da arbitragem, e o terceiro árbitro será nomeado pelos demais árbitros em conjunto em até 10 (dez) dias da nomeação do segundo árbitro. Caso uma das partes envolvidas não nomeie um árbitro no prazo acima, o árbitro será nomeado pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“Centro”) de acordo com as Normas do Centro. Da mesma forma, caso os 2 (dois) árbitros nomeados inicialmente não indiquem o terceiro árbitro no prazo acima, o terceiro árbitro será nomeado pelo Centro. Os árbitros terão formação jurídica com conhecimento sobre as leis do Brasil e familiaridade com transações comerciais. Sendo mais de um demandante, ou demandado, desde que não sejam uma parte e sua(s) afiliada(s), observar-se-á o disposto nas Normas do Centro. **Parágrafo segundo –** Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pelo Centro. **Parágrafo terceiro –** A arbitragem será realizada em português. O árbitro permitirá ampla instrução e juntada de documentos pelas partes da arbitragem e depoimentos de testemunhas. O árbitro decidirá todas as questões relativas ao conflito de acordo com as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil e os termos do presente estatuto social. **Parágrafo quarto –** A sentença arbitral será definitiva, obrigará as partes e não estará sujeita a qualquer recurso, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no Artigo 30 da Lei nº 9.307/96. **Parágrafo quinto –** A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo tribunal arbitral. **Parágrafo sexto –** Os honorários dos advogados e assistentes técnicos indicados pela parte vencedora, honorários e despesas dos árbitros e dos peritos nomeados pelo tribunal arbitral, as despesas administrativas do Centro e custos documentados da parte vencedora que possam ser incorridas durante o curso do procedimento arbitral serão suportados pela parte vencida. **Parágrafo sétimo –** As Partes elegem o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, exclusivamente para: (i) a obtenção de medidas cautelares ou provisórias, previamente à constituição do tribunal arbitral, (ii) a execução de medidas coercitivas concedidas pelo tribunal arbitral e não cumpridas pelas partes, (iii) execução da sentença arbitral, e (iv) demais procedimentos judiciais expressamente admitidos na Lei nº 9.307/96. **Parágrafo oitavo –** Eventual requerimento das medidas mencionadas no Parágrafo Sétimo desta Cláusula não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do conflito à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral, que poderá valer-se do disposto no Artigo 22, § 4º, da Lei nº 9.307/96. **Parágrafo nono –** A menos que de outra forma exigido pelas Normas do Centro, todos e quaisquer documentos e informações trocados entre as partes e Companhia ou fornecidos aos árbitros em relação a um conflito submetido à arbitragem nos termos do presente Estatuto Social serão considerados como informação confidencial.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



GP Partnership S.A.				
CNPJ nº 50.014.464/0001-25				
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 10/12/2024 E 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)				
Balancos Patrimoniais - Em 10/12/2024 e 31/12/2023 (Em Reais)				
ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	10/12/2024	31/12/2023	10/12/2024	31/12/2023
Circulante			Circulante	
Caixa equivalente			Obrigações tributárias	28.675.430
de caixa	207.395.416	1.908.678	Outras contas a pagar	20
Adiantamento a fornecedores	54.666	54.666		20
Estoques	3.349.333	25.088.632		20
Impostos a recuperar	3.193	2.836	Patrimônio líquido	
Mútuo com sócios	1.093.340	1.093.340	Capital Social	69.926.142
Dividendos a receber	-	7.709.724	(-) Capital a integralizar	(20.339.468)
	211.895.948	35.857.876	Reservas	57.488.761
			Lucros acumulados	22.634.229
			Lucro do exercício	171.933.930
Não circulante				301.643.594
Investimentos	118.423.097	93.448.522		129.302.975
	118.423.097	93.448.522	Total do passivo e	
Total do ativo	330.319.044	129.306.398	do patrim. líquido	330.319.044
				129.306.398
Demonstrações do Resultado - Em 10/12/2024 e 31/12/2023 (Em Reais)				
	10/12/2024	31/12/2023		
Receita com vendas de ações				197.300.837
(-) Impostos Incidentes Sobre Serviços				(7.201.481)
(=) Receita operacional líquida				190.099.356
(-) Custo com as vendas de ações				(21.739.299)
(=) Lucro bruto				168.360.057
(+/-) Despesas / receitas operacionais				(86.565)
Despesas operacionais comerciais				24.974.575
Equivalência Patrimonial				(3.918)
Outras despesas operacionais				24.694.264
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro				193.244.148
Receita financeira				202.787
Despesa financeira				(1)
(=) Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL				193.446.933
(-) Imposto de Renda				(15.812.490)
(-) Contribuição Social				(5.700.515)
(=) Lucro ou Prejuízo líquido do exercício				171.933.930
				24.685.188
A DIRETORIA: Fernando Lucas Correa da Silva - CRC nº 1SP262012/O-1				

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

ERRATA - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Comunicamos que a publicação do Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária do dia 06/12/2024 publicadas no jornal Data Mercantil nos dias 07, 10 e 11/12/2024, teve o conteúdo do horário da reunião alterado, conforme segue: • **Onde se lê:** A realizar-se aos 16 dias de dezembro de 2024, às 12:00 horas, na sede da Companhia, **Presidente;** • **Leia-se:** A realizar-se aos 16 dias de dezembro de 2024, às 17:00 horas, na sede da Companhia.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 16 dias de dezembro de 2024, às 12:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia **(a)** exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão; **(b)** cancelamento das ações preferenciais objeto da Opção de Compra mencionada no item "a". Barueri, 06 de dezembro de 2024. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (07, 10 e 11/12/2024)

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 16 dias de dezembro de 2024, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a distribuição de dividendos intermediários apurados com base no balanço patrimonial de dezembro de 2024. Barueri, 06 de dezembro de 2024. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (07, 10 e 11/12/2024)

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se aos 16 dias de dezembro de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** exame, discussão e aprovação das contas da administração, das demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023, disponíveis aos acionistas na sede da Companhia; e **(b)** deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2023. Barueri, 06 de dezembro de 2024. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (07, 10 e 11/12/2024)

Conecta Médico S.A.

CNPJ/ME nº 34.053.593/0001-76 - NIRE 35.300.572.335

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 14 dias do mês de novembro de 2024, às 10h, realizada por meio de videoconferência, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo sido considerada como realizada na sede social da Conecta Médico S.A., situada na Rua Henri Dunant, nº 873, 19º andar, sala 1901, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04.709-111 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade das ações com direito à voto da Companhia, conforme assinaturas apostas no livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; Secretária: Sra. **Larissa Melo**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** destituição do Diretor Comercial de forma retroativa. **5. Deliberações:** Após exame e discussão da matéria descrita na ordem do dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, os acionistas da Companhia deliberaram o quanto segue: **5.1. Aprovar** a destituição do Sr. **André Luis De Oliveira Neves**, brasileiro, webdesigner, casado, portador da cédula de identidade RG nº 24.738.173-1/SSP-SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/ME") sob nº 220.293.768-41, residente e domiciliado na Rua Dr. Samuel Porto, nº 258, apto. 82M, Saúde, São Paulo/SP, CEP 04054-010, do cargo de **Diretor Comercial**, ao qual foi reeleito em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão do dia 31 de janeiro de 2021, sob nº 051.096/22-5, de forma retroativa, a partir de 30 de julho de 2023, considerando-se encerrado o mandato do Sr. **André Luis De Oliveira Neves** desde aquela data. **5.2.** Em razão da alteração realizada na composição da Diretoria, conforme deliberação acima, o referido órgão passa a ser composto pelos seguintes membros, todos com mandato unificado de 2 anos, contados a partir de suas respectivas eleições apresentadas abaixo, devendo os mesmos ficarem empossados até a eleição de seus substitutos: **(i) Carlos Alberto de Castro Dutra**, eleito na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2024, registrada sob o nº 212.106-2-7, em sessão realizada em 27 de maio de 2024 na qualidade de **Diretor Geral** da Companhia; e **(ii) Gustavo Marini Rodrigues**, eleito na Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2023, registrada sob o nº 326.556-23-0, em sessão realizada em 15 de agosto de 2023 na qualidade de **Diretor Financeiro**. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata em forma de sumário, conforme unanimemente autorizado pelos acionistas, que, depois de lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. São Paulo, 14 de novembro de 2024. **Mesa:** **Arnaldo José Lewis e Sá Filho** – Presidente; **Larissa Melo** – Secretária de Mesa. **Acionistas Presentes:** **Interplayers Soluções Integradas S.A.** p. Carlos Alberto de Castro Dutra p. Gustavo Marini Rodrigues. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 433.611/24-8 em 05/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 18 de dezembro de 2024, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** Deliberar sobre a ratificação da decisão da diretoria executiva, com base no Artigo 21, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, para a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de fiança ("Fiança"), pela Companhia, de forma solidária, sem divisão, limitação ou benefício de ordem e em conjunto com os demais fiadores, quais sejam: (i) a OAK Participações Ltda. ("OAK") e (ii) a CBC Brasil Comércio e Distribuição Ltda. ("CBC Brasil") (sendo a Companhia, a CBC Brasil e a OAK em conjunto denominada "Fiadoras"), em favor da (a) XP Comercializadora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 34.475.373/0001-30 ("XP Comercializadora") e da (b) XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.332.886/0001-04 ("XP Corretora"), de forma a garantir: (1) o valor total de todas as obrigações pecuniárias, acessórias e moratórias, presente e futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes de juros, multas, taxas, tributos, penalidades, indenizações, assumidas pelas Afiançadas (conforme abaixo definido) no âmbito: (1.a) dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVEs"), a serem celebrados entre: Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. ("Nova Iguaçu"), Energia Catanduva São Gonçalo Energia Gás Renovável Ltda. ("Energia Catanduva"), SPE Tremembé Energia Ltda. ("SPE Tremembé"), Valorgas SPE Ltda. ("Valorgas SPE") e Valorgás Energia e Biogas SPE ("Valorgas Biogas" e, em conjunto com a Nova Iguaçu, Energia Catanduva, SPE Tremembé, Valorgas SPE e Valorgas Biogas, denominadas como "SPEs") e a XP Comercializadora, sendo que em parte dos CCVEs, a XP Comercializadora figurará como "compradora" e, em outra parte, a XP Comercializadora figurará como "vendedora", sendo certo que nos CCVEs em que a XP Comercializadora figurará como "compradora" é previsto e acordado o pagamento integral antecipado dos referidos CCVEs ("Pré-pagamento"), pela XP Comercializadora; e (1.b) do contrato de operação(ões) de derivativos e confirmação(ões) de operação(ões) de derivativos ("Contrato(s) de Derivativos"), a ser(em) celebrado(s) entre a GN Verde Participações S.A. ("GN Verde" e, em conjunto com as SPEs, as "Afiançadas") e a XP Corretora; bem como (2) todos os custos e despesas decorrentes da constituição, manutenção, realização, consolidação e excussão da Fiança, incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, bem como tributos, taxas e comissões, assumidas pelas Afiançadas no âmbito dos respectivos documentos, bem como todos os custos e despesas decorrentes da constituição, manutenção, realização, consolidação e excussão da Fiança ("Obrigações Afiançadas" e "Operação Fiança", respectivamente). Ribeirão Pires, 09 de dezembro de 2024. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (07, 10 e 11/12/2024)

Interplayers Soluções Integradas S.A.

CNPJ/MF nº 05.347.060/0001-07 - NIRE 35.300.455.339

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de outubro de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 25 de outubro de 2024, às 10h, realizada por meio de videoconferência, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo sido considerada como realizada na sede social da **Interplayers Soluções Integradas S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Eusebio Stevaux, nº 1.566, bairro Jurubatuba, CEP 04696-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 13, Parágrafo Segundo, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; Secretária: **Larissa Andrade de Melo**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a renúncia de membro da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Após análise da proposta submetida à deliberação, por decisão unânime da totalidade dos Conselheiros, e sem quaisquer restrições, estes **aprovaram** a renúncia, nesta data, da Sra. **Bruna Alves Silvestro Franco**, brasileira, casada, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 33.433.268-0 SSP/SP, inscrita no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 311.888.388-06, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Eusebio Stevaux, nº 1.566, bairro Jurubatuba, CEP 04696-000, ao cargo de Diretora sem Designação Específica da Companhia, ao qual foi eleita na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de março de 2023, cuja ata foi registrada perante a JUCESP, em sessão de 28 de abril de 2023, sob o nº 161.662/23-7, com mandato de 2 (dois) anos, outorgando à Companhia a mais ampla, plena, geral, irrevogável e irretroatável quitação, por todo o período de gestão, para nada mais reclamar da Companhia a qualquer tempo ou título, conforme termo de renúncia recebido e arquivado na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada, e assinada por todos os conselheiros presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio. **7. Assinaturas:** Presidente da Mesa – Arnaldo José Lewis e Sá Filho; Secretária da Mesa – Larissa Andrade de Melo; Conselheiros Presentes – Arnaldo José Lewis e Sá Filho, José Carlos Penteado Masagão, Piero Lara Rosatelli; Luis Augusto Lobão Mendes e Ana Paula Zamber. São Paulo, 25 de outubro de 2024. **Mesa:** **Arnaldo José Lewis e Sá Filho** – Presidente; **Larissa Andrade de Melo** – Secretária. Conselheiros Presentes: **Arnaldo José Lewis e Sá Filho**; **José Carlos Penteado Masagão**; **Piero Lara Rosatelli**; **Luis Augusto Lobão Mendes**; **Ana Paula Zamber**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 434.585/24-5 em 05/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Szajman Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 07.907.358/0001-41 - NIRE 35.300.352.726

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de novembro de 2023

1. Data, hora e local. Realizada em 01 de novembro de 2023, às 11:00 horas, na sede social da Szajman Participações Societárias S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Hungria, 1.400, 8o andar – parte, CEP 01455-000. **2. Convocação, Presença e Instalação:** As formalidades de convocação foram dispensadas, conforme disposto no artigo 124, 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Composição da Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Marcio Del Nero**, e secretariados pela Dra. **Simone Luis Fernandes Marques**. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: **4.1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras e o relatório da administração da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) a destinação de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **4.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Redução do Capital Social da Companhia para absorção de prejuízos acumulados, observado o disposto no art. 173 da Lei das S.A.; (ii) Grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social; (iii) Alteração do Artigo 3.1. do Estatuto Social da Companhia; (iv) Consolidação e ratificação do Estatuto Social da Companhia; e (v) Autorização para a Diretoria da Companhia realizar todos os procedimentos necessários para implementar os temas mencionados acima, caso aprovados. **5. Deliberações:** Os acionistas presentes, sem ressalvas e por unanimidade de votos, em ambas as assem- bleias, aprovaram: **5.1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) O relatório e as contas da administração, bem como as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os quais foram publicados observando a legislação vigente, nas edições do Jornal Data Mercantil (Impresso) em 26/04/2023 na página 08, e no Jornal Data Mercantil (Digital) em 26/04/2023 na página 27, e integram a presente ata como **Anexo I**; e (ii) A destinação dos prejuízos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 1.723.423,59 (um milhão, setecentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e nove centavos) para a conta de Prejuízos Acumulados. **5.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) A redução do capital social da Companhia para absorção de prejuízos acumulados, nos termos do art. 173 da Lei das S.A., no valor de R\$ 1.723.419,89 (um milhão, setecentos e vinte e três mil, quatrocentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos), passando o capital social da Companhia de R\$ 27.656.313,89 (vinte e sete milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e treze reais e oitenta e nove centavos) para R\$ 25.932.894,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais). (ii) O grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, sem modificação do valor do capital social, na proporção de 1,066456908989836 ações para 1 (uma) ação, passando o número de ações em que se divide o capital social da Companhia de 27.656.314 (vinte e sete milhões, seiscentas e cinquenta e seis mil, trezentas e quatorze) ações nominativas e sem valor nominal, das quais 13.828.158 (treze milhões, oitocentas e vinte e oito mil, cento e cinquenta e oito) são ações ordinárias e 13.828.156 (treze milhões, oitocentas e vinte e oito mil, cento e cinquenta e seis) são ações preferenciais para R\$ 25.932.894 (vinte e cinco milhões, novecentas e trinta e duas mil, oitocentas e noventa e quatro) ações, das quais 12.966.448 (doze milhões, novecentas e sessenta e seis mil, quatrocentas e quarenta e oito) são ações ordinárias e 12.966.446 (doze milhões, novecentas e sessenta e seis mil, quatrocentas e quarenta e seis) são ações preferenciais, distribuídas entre os acionistas na mesma proporção adotada por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações. (iii) A alteração do Artigo 3.1 do Estatuto Social da Companhia, em razão das deliberações acima, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 3.1 – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 25.932.894,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais), dividido em 25.932.894 (vinte e cinco milhões, novecentas e trinta e duas mil, oitocentas e noventa e quatro) ações, das quais 12.966.448 (doze milhões, novecentas e sessenta e seis mil, quatrocentas e quarenta e oito) são ações ordinárias e 12.966.446 (doze milhões, novecentas e sessenta e seis mil, quatrocentas e quarenta e seis) são ações preferenciais."** (iv) A alteração e Consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir a deliberação ora tomada, sendo que os demais artigos do Estatuto Social da Companhia, não expressamente alterados, são ora ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito (**Anexo II**); e (v) Os Acionistas autorizam a administração da Companhia a realizar todos os registros e arquivamentos, bem como a tomar todas as medidas necessárias para a implementação das deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso. Não havendo manifestação, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada e rubricada pelos presentes. **7. Certificação e Autorização:** A secretária certifica que esta é uma cópia fiel da ata registrada no livro próprio. A lavratura da ata na forma sumária foi autorizada pela totalidade dos acionistas da Companhia, conforme previsto no Artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **8. Assinaturas:** Marcio Del Nero – Presidente; Simone Luis Fernandes Marques – Secretária; Acionistas Presentes: Abram Abe Szajman, Claudio Szajman, André Szajman e Carla Szajman Arazi. São Paulo, 01 de novembro de 2023. **Mesa:** **Marcio Del Nero** – Presidente da Mesa; **Simone Luis Fernandes Marques** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 448.565/23-7 em 24/11/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 11/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

